

Formação Econômica do Brasil e sua contribuição aos estudos de história econômica comparada

Fábio Farias de Moraes*
Alcides Goularti Filho**

Resumo

A obra *Formação Econômica do Brasil* (FEB), de Celso Furtado, foi escrita durante a chamada *Era de Ouro* do capitalismo. O jovem intelectual, nessa época, já conhecia desde economias que se tornavam mais sofisticadas à precariedade e rusticidade de economias de países pobres. Em FEB, Furtado desenvolveu parte de suas teses sobre o *subdesenvolvimento* a partir da análise do seu próprio país, examinado desde o período colonial até sua industrialização, de uma perspectiva internacional. O clássico livro é um texto fundamental nos estudos de história econômica, economia e ciências sociais, ainda hoje, por sua profusão de interpretações e essencialidade do seu desenlace. Neste artigo pretendemos abordar uma das principais formas de exposição dos seus argumentos, a comparação de história econômica, entre Brasil e EUA, mas também entre as diversas regiões brasileiras.

Palavras-chave: Celso Furtado; formação econômica; história econômica comparada.

Formação Econômica do Brasil and his contribution to the studies of comparative economic history

Abstract

The work *Formação Econômica do Brasil* (FEB), by Celso Furtado, was written during the so-called *Golden Age* of capitalism. The young intellectual, at that time, already knew from economies that became more sophisticated to the precariousness and rusticity of economies in poor countries. In FEB, Furtado developed part of his theses on underdevelopment, from the analysis of his own country, examined from the colonial period until its industrialization, from an international perspective. The classic book is a fundamental text in the studies of economic history, economics and social sciences, even today, due to its profusion of interpretations and the essentiality of its outcome. In this paper we intend to address one of the main ways of exposing their arguments, the comparison of economic history, between Brazil and the USA, but also between the different Brazilian regions.

Keywords: Celso Furtado; economic formation; comparative economic history.

JEL: B31; N30.

* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e Economista do Centro de Informação e Automação do Estado de Santa Catarina S. A. (CIASC). E-mail: fariasmoraes@alumni.usp.br

** Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor da Universidade do Extremo do Sul Catarinense (UNESC). E-mail: alcides@unescc.net

1 Introdução: breve depoimento e reconhecimento de influência

Este artigo busca apontar um importante elemento da análise que Celso Furtado lança mão na obra *Formação Econômica do Brasil* (FEB), a história econômica comparada. Salta aos olhos em FEB a comparação entre a formação econômica dos Estados Unidos e do Brasil, mas também é possível identificar comparações nas formações econômicas regionais. Isso porque a demonstração das trajetórias divergentes constitui não só um relevante recurso de arguição da abordagem estruturalista, outrossim porque o método comparativo já permeava trabalhos anteriores de Furtado.

Não é raro na historiografia econômica o uso da comparação entre economias de diferentes países a fim de hierarquizá-los por seu grau de desenvolvimento. Economistas e historiadores econômicos por vezes justapõem e classificam, ou seja, comparam países, regiões e trajetórias de desenvolvimento econômico. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), inclusive, analisa e compara os países latino-americanos desde as décadas de 1950. Assim também o fizeram os dependentistas, os tardios e diversos estudiosos permanecem fazendo.

Furtado também o fez, é verdade, e o fez com maestria. Tamanha foi a vivacidade da obra de Furtado, estamos hoje nos debruçando, uma vez mais, sobre seus escritos a fim de demonstrar um elemento mais, que a muitos pode ter escapado.

É comum entre estudiosos de uma área do conhecimento, especialmente nas ciências sociais, ver-se envolvido no escrutínio de um clássico. E entre estudiosos da economia brasileira a grande maioria, invariavelmente, tem de passar por FEB. Com o objetivo de demonstrar como Furtado usou da história econômica comparada nessa obra, hoje nos colocamos a analisar esse clássico brasileiro.

E é com imenso prazer que voltamos nossos olhos, novamente, a esta importante obra do grande mestre dos historiadores econômicos brasileiros. Prestamos, assim, um tributo não só a um grande intelectual, mas a um intelectual firmemente engajado e comprometido com a transformação social e que dedicou todo seu esforço intelectual a superação da pobreza, da ignorância, da fome, das mazelas do *subdesenvolvimento*.

Muito nos alegra escrever este texto, assim como nos alegrou quando, anos atrás o próprio Furtado agradeceu a homenagem que lhe fizemos ao nomear o centro acadêmico do curso de economia da UNESC com seu nome. Hoje, aquela homenagem já não é mais realidade, pois as forças do obscurantismo não compreendem sua grandeza e a desfizeram.

Alegramo-nos hoje como nos alegramos quando Furtado foi o único economista brasileiro a ser indicado ao Nobel de Economia, em 2003. Ainda recordamos daqueles momentos, Fábio como coordenador do Centro Acadêmico de Economia Celso Furtado, Alcides como coordenador do Curso de Economia da UNESC.

Ainda estávamos naqueles anos profícuos quando, em 2004, deixamos de ter Furtado entre nós. Mas o tempo passou e, ainda que não queiram os conservadores, Furtado permanece como maior referência à economia e a história econômica que esse país já conheceu.

Portanto, em apoio a proposta de homenagem da APEC a esse saudoso mestre aceitamos escrever essas considerações sobre história econômica comparada em FEB. Após uma brevíssima abordagem sobre o estimulante ambiente que Furtado conheceu, na época, tratamos, também brevemente, do estímulo que este exerceu e exerce nas pesquisas e pesquisadores brasileiros. Enfim, chegamos ao ponto central dessa análise, com a sessão 4, em que o método comparativo presente em FEB é evidenciado. Conclui-se com algumas considerações sobre vida e obra do autor, depois de 1959.

2 Situando a obra FEB

O contexto político-ideológico das décadas de 1950 a 1970 no Brasil foi, inegavelmente, de preponderância das concepções industrialistas. É possível interpretá-lo como ponto alto de debates sobre economia brasileira, iniciados em meados do século XIX. Estava em pauta, sobretudo a modernização e o desenvolvimento econômico. As políticas de desenvolvimento industrial eram defendidas em um momento de intensa atividade intelectual e debates envolvendo grandes estudiosos do Brasil, ainda que hegemônico o pensamento econômico desenvolvimentista e amplamente aceito o instrumental de expansão econômica planejada.

Desta forma, Kubitschek, na segunda metade da década de 1950, foi capaz de unir interesses de grupos diversos, de todo o espectro político, cujo cimento que unia tal edifício era o crescimento econômico. O conflito social era posto em segundo plano, pois o crescimento econômico e a expansão da renda, como proposta de governo, seduziam as classes sociais. No governo Kubitschek, a pauta principal era as metas, os investimentos em estradas, energia, indústria automobilística, navegação e construção naval, siderurgia, e muitas outras, como a edificação de uma grande cidade, destinada a nova capital, Brasília. Conforme Lessa (1982), ilustre estudioso também influenciado pelo pensamento de Furtado, esse bloco de investimentos foi conduzido por um tripé capitalista, em que se completam investimentos do capital

estrangeiro, nacional privado e estatal. Sob a coordenação do aparto estatal, dirigindo e formulando as diretrizes para os investimentos privados e suas próprias inversões em infraestrutura, o Plano de Metas é tido como um ponto de inflexão na história econômica brasileira.

Esse período é de bastante entusiasmo e exuberância em várias áreas. A própria cultura torna-se cada vez mais frondosa, com o nascimento da Bossa Nova, do Cinema Novo, do Teatro de Arenas e o avanço do Modernismo. As ciências sociais brasileiras, a exemplo da economia, também produziram teses consagradas como as de Raymundo Faoro sobre patrimonialismo, de Darcy Ribeiro sobre questões etnológicas e de Antônio Candido sobre a literatura brasileira. O Brasil, a despeito de séculos de latifúndio e de um passado escravista não muito distante no tempo, parecia assumir posto de nação civilizada, industrial, tropical e multirracial. Em breves palavras, sobre esse país escrevia Furtado.

O paraibano, de Pombal, na época de FEB, tinha 39 anos, trabalhava, então, na CEPAL, que já tomara lugar de destaque quando o assunto era América Latina. Furtado já havia concluído seu doutorado havia uma década, na Sorbonne, quando estudou a economia colonial brasileira. Transitou, desde a tese até o final da década de 1950, entre uma Europa em reconstrução e depois em rápido crescimento, na era de ouro do capitalismo, e em uma América Latina, especialmente Chile e Brasil, em patamar das forças produtivas muito diverso, ainda que em transformação.

3 A profusão da contribuição de Furtado

Celso Furtado foi o mais importante intelectual do Brasil para o desenvolvimentismo e o economista brasileiro com maior projeção internacional. A análise da extensa obra furtadiana não cabe nesse artigo. Nos contentaremos, portanto com uma afirmação mais geral. Não há sentido único na trajetória intelectual de Furtado. Seu pensamento foi dinâmico o suficiente para vislumbrar suas próprias utopias iniciais, sobretudo, de que a industrialização seria suficiente para superar a condição de subdesenvolvimento capitalista. Suas influências teóricas também se alteraram: de ideias pertinentes à formação acadêmica dentro do direito — com ideais positivistas, a crença na técnica, na ciência neutra, na racionalidade e no sentido do progresso — e baseadas nos clássicos da Formação do Pensamento Social Brasileiro (Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda) à revolução keynesiana e a produção teórica europeia e estadunidense, além da produção teórica cepalina, em que o próprio foi

protagonista. Não assimilou simplesmente correntes teóricas. Pelo contrário, é conhecido pela criatividade de suas formulações.

Sua contribuição esteve centrada nas áreas de História Econômica, Política Econômica e Teoria Econômica. Nesse campo, muitos pensadores foram influenciados por Celso Furtado. Uma das principais vertentes, capitaneada por intelectuais do quilate de Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Wilson Cano, João Manoel Cardoso de Mello e Antônio Barros de Castro, para citar poucos, concentrou-se no debate sobre a industrialização nacional, que, mesmo quando restringida, guiada por um modelo de substituição de importações, numa espécie de desenvolvimento para dentro, criou as condições para a dinamização da acumulação capitalista (CARDOSO DE MELLO, 1988; TAVARES, 1981).

Após a publicação de *FEB*, também é verdade que praticamente todos os autores de textos sobre a economia brasileira tiveram de considerar suas teses sobre subdesenvolvimento. Ganhou espaço no meio acadêmico e político o diagnóstico de havia excessiva dependência da economia brasileira à importação de manufaturados. Seria necessário que, por meio de um processo de *substituição de importações*, fosse reduzida essa dependência. O prognóstico de Furtado, destarte, incluía a elevação da inflação e o agravamento do desequilíbrio externo. (GOULARTI FILHO, 1999; CARDOSO, 2015).

Apesar da expressão da corrente de pensadores desenvolvimentistas de então ainda havia intelectuais neoliberais que repudiavam a intervenção do Estado, condição que os primeiros achavam insubstituível quando analisada atividades econômicas básicas, como transportes, petróleo, siderurgia e energia elétrica. A debilidade do capital nacional e o desinteresse (ou desleixo) do capital privado estrangeiro não deixariam alternativa, conforme desenvolvimentistas, que não fosse existência de um forte “Estado empresário”. Tanto o foi, que, mesmo com concepções mais frouxas em relação à intervenção estatal, havia um grupo de pensadores que, conforme Bielschowsky (1996), seriam “desenvolvimentistas do setor público não nacionalistas”. Mesmo esses economistas, como no caso de Roberto Campos, a assimilação de teses cepalinas e furtadianas era evidente, ainda que desavisados não o percebam.

Alguns dos economistas dessa ala de Campos exerciam cargos eminentes dentro do governo brasileiro, como no Ministério da Fazenda e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), durante a década de 1950. Foram esses que acabaram por tomar as decisões de política econômica que levavam à industrialização.

Furtado, que em boa parte do tempo estava no exterior, exercia influência por meio da CEPAL e por seus escritos. Escreveu *FEB*, praticamente toda, em Cambridge, envolvido em debates sobre desenvolvimento, macroeconomia keynesiana e sobre a economia estadunidense,

cercado por grandes personalidades do mundo acadêmico, tais como James E. Meade, Richard Kahn, Joan Robinson, Piero Garegnani, Amartya K. Sen, e Nicholas Kaldor, importante incentivador da obra FEB.

Furtado, então, já acumulava uma sólida formação eclética. Com demonstrações de interesse disciplinar acabou por gerar uma obra interdisciplinar e de grande erudição. Em seus estudos, desde os tempos de Sorbonne até por volta de 1958, as influências dos textos de Henri Pirenne, Antônio Sérgio e dos franceses François Perroux e Maurice Byé, seu orientador no doutorado, além de Charles Morazé, também seu professor no doutorado, entre outros, também merecem destaque. Teria vindo de Byé, inclusive, a exigência de que Furtado comparasse a economia açucareira às Antilhas, em sua tese (PAULA, 2015). Como bem destaca SAES (2020), é perceptível a continuidade do trabalho iniciado com a tese de doutorado de Furtado, restrita a análise do período colonial, em FEB.

Furtado também teria se deparado, em fins da década de 1940, com o método comparativo, ao analisar as categorias de sistemas de colonização de Paul Leroy-Beaulieu, como também o havia feito Caio Prado Júnior. Importante frisar que, entre autores brasileiros, sem nos alongar, Caio Prado Júnior, cujo *sentido da colonização*, foi claramente assimilado em FEB, além da preocupação constante em ligar a formação econômica brasileira às transformações da economia mundial. Seria, assim, uma importante influência, em que pese sua omissão bibliográfica na obra de 1958. Outra influência seria de Roberto Simonsen, com a precursora obra *História econômica do Brasil*, de 1937. Gilberto Freyre também exerceu influência naquela fase de doutoramento, ainda que não tenha sido por suas conclusões (SAES, 2020).

Com esses elementos, Furtado supera a interpretação tradicional da economia, anistorica, e entrelaça história e teoria econômica de forma coesa e elegante. Teoria econômica e história econômica deixam de ser sobreposições para serem tratadas como elementos de um método dinâmico. Furtado utiliza da diferenciação, em oposição a homogeneização neoclássica, não só de processos históricos, mas também geográficos.

Com isso, logrou sistematizar o quadro analítico estruturalista, dando inteligibilidade à proposta cepalina. A comparação era essencial para demonstrar a distinção entre a evolução histórica dos países subdesenvolvidos e o mundo desenvolvido (BIELSCHOWSKY, 1996).

4 A obra *Formação Econômica do Brasil* e sua história econômica comparada

FEB, como o texto clássico que é, não poderia deixar de levar a inúmeras interpretações. A nossa é de que Furtado não projetava no passado o atraso econômico que via no presente. Não fosse assim não teria considerado a empresa agrícola, fundada pela Coroa Portuguesa a fim de demarcar território nas novas terras em vias de contestação pelas nações europeias alijadas da América, "parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu" (FURTADO, 1991. p. 8).

Furtado dá centralidade ao êxito da empresa agrícola americana, que considera:

(...) a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas. No século seguinte, quando se modifica a relação de forças na Europa com o predomínio das nações excluídas da América pelo Tratado de Tordesilhas, Portugal já havia avançado enormemente na ocupação efetiva da parte que lhe coubera. (FURTADO, 1991. p. 12).

Para tanto a colônia portuguesa logrou, em seu entendimento, a resolução dos principais problemas econômicos (técnica de produção, criação de mercado, financiamento, mão-de-obra) relativos a grande empresa agrícola. O empenho do governo português em conservar suas possessões na América, nutrido também pela esperança de encontrar ouro, só pôde se sustentar pelos seus resultados, que amenizavam o fardo nas finanças do "pequeno reino". O êxito português, todavia, não se explica isoladamente, decorre, pelo contrário de movimentos internacionais, ao que a história econômica comparada é o recurso central da exposição.

Em seguida vem, então, o primeiro exercício de história econômica comparada, quando Furtado busca a razão do insucesso espanhol, que acabava por abrir espaço ao sucesso português em sua colonização agrícola do Brasil¹. Os espanhóis, em que pese sua decadência econômica, por se concentrarem na extração de metais preciosos, impondo um esquema de monopólio de transportes, com as frotas de Sevilla, e pelo fomento à autossuficiência com a rústica produção de suas colônias, deixaram de dominar o mercado de produtos tropicais. Foram, assim, incapazes de catalisar transformações econômicas em suas colônias. Por isso Furtado conclui que "um dos fatores do êxito da empresa colonizadora agrícola portuguesa [na América] foi a decadência mesma da economia espanhola, a qual se deveu principalmente à descoberta precoce dos metais preciosos" (FURTADO, 1991. p. 15).

¹ Ainda que anacronicamente, chamaremos de Brasil as possessões portuguesas na América, para simplificar a exposição.

O livro inteiro é mesmo repleto de história comparada e situação do Brasil (ou do território correspondente) no plano internacional. Como bem afirmou o próprio autor, identificando o que sua obra trazia de novo ao debate da história econômica do Brasil, “A novidade estava em captar o evoluir histórico no quadro de relações estruturais a começar pelas internacionais. O importante foi observar o Brasil, desde os seus primórdios, como ator relevante na cena econômica mundial” (FURTADO, 1998, p.16).

Nessa toada, Furtado aborda a causa da decadência da indústria açucareira portuguesa no Brasil como consequência direta de fatores exógenos, como a União Ibérica. Em meio ao conflito da Espanha com a Holanda, abriram-se brechas para a ocupação holandesa no nordeste brasileiro por um quarto de século. Esta seria a causa da perda do monopólio sobre a produção açucareira, pois assimilados seriam os métodos e técnicas do processo produtivo pelos invasores. Uma vez expulsos, os holandeses trataram de replicar a indústria açucareira no Caribe. Já Portugal, recuperado seu território em 1640, amargaria a decadência de sua empresa agrícola, com redução substancial do preço e do volume exportado do açúcar e a diminuição proporcional da renda real açucareira. A colônia nem ao menos pode se beneficiar da desvalorização da moeda causada pela crise, pois o monopólio da metrópole retinha algum benefício da depreciação.

Em seguida temos a primeira comparação com a América do Norte. O capítulo V de FEB, *As colônias de povoamento do hemisfério norte*, é o elemento de contraste que Furtado apresenta na primeira parte do livro para reforçar sua reflexão sobre as colônias ibéricas. Para o autor, dando uma conexão aos capítulos anteriores, essa análise se faz necessária, uma vez que "o principal acontecimento da história americana no século XVII foi, para o Brasil, o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais" (FURTADO, 1991. p. 19).

Isto posto, Furtado se encarrega de demonstrar sua origem. Uma vez mais teria sido a decadência espanhola, também militar, que liberava espaço à ascensão de Holanda, França e Inglaterra. Os objetivos político-militares das novas potências determinaram as principais diferenças em relação às colônias portuguesas e espanholas na América. A pequena propriedade foi um traço marcante, pois buscava-se, ao colonizar ilhas caribenhas, a densidade populacional que permitisse incursões contra o rico domínio espanhol.

Os assaltos de piratas e milícias às principais cidades portuárias das colônias espanholas no século XVII seria responsável pelas fortificações e cidades muradas ainda hoje presentes em alguns países latino-americanos, tal como Cartagena de Índias, na Colômbia.

Diferente das colônias ibéricas, a principal fonte do contingente humano deslocado às colônias do hemisfério norte seria a população daquelas mesmas potências. A exemplo disso, Furtado destaca a relativa facilidade com que a Inglaterra utilizou de emigrantes das ilhas britânicas para povoar suas colônias, tanto da Nova Inglaterra como na Antilhas. Essa disponibilidade de pessoas, dispostas ao duro traslado e às condições de trabalho oferecidas, era consequência de movimentos internos, como o êxodo rural causado pelos cercamentos e as perseguições religiosas e políticas nas ilhas britânicas. Ou seja, outro traço bastante diferente da constante escassez de mão de obra vivida por portugueses e espanhóis.

Essa colonização, promovida por Inglaterra e França, principalmente, em boa medida, também era tratada como negócio, já que as companhias de colonização lucravam com os assentamentos, em que pese os elevados custos de transporte e a dificuldade inicial em acertar os produtos agrícolas que forneceriam lucratividade e que fossem compatíveis com o minifúndio. Chegou-se, todavia, com a produção de algodão, anil, café e fumo, adequados ao clima das Antilhas, a resultados duplamente satisfatórios, para a lucratividade das companhias colonizadoras e para a formação das milícias das potências expansionistas. Essa condição reforçava o recrutamento de mão de obra, que chegou a usar prisioneiros e, assim como portugueses a africanos, a promover sequestros de europeus.

O capítulo VI, *Consequências da penetração do açúcar nas Antilhas*, conclui a comparação na primeira parte do livro. Vê-se, por exemplo, que a prevalência do minifúndio não permaneceu em todas as colônias do hemisfério norte. Na Virgínia bem como nas Antilhas, as dificuldades para o abastecimento de mão de obra europeia levavam, pelo interesse frio das companhias interessadas no comércio das colônias, a introdução do trabalho de escravos africanos. Ao passo em que os preços internacionais de produtos tropicais eram reduzidos, punha-se em xeque a viabilidade da pequena propriedade, a essa época, já sofrendo com a concorrência de grandes plantações escravistas. Modificava-se, assim, esse aspecto da colonização antilhana, trazendo um grande impacto para o Brasil e seu monopólio do açúcar.

A produção de açúcar era incompatível com a pequena propriedade, e não despertava grande interesse. Todavia, somava-se a modificação do perfil fundiário das colônias antilhanas a necessidade de realocação de capitais e recursos de holandeses expulsos dos do nordeste brasileiro, por volta da metade do século XVII. Os holandeses se viram mais interessados em fornecer serviços técnicos, equipamentos e crédito para novos produtores de açúcar, do que produzir diretamente. Esses últimos se candidataram por todas as partes nas Antilhas francesas e inglesas, seja pelos problemas de acesso à metrópole ou mesmo pelas dificuldades em que passavam as mercadorias tradicionais.

Por esse motivo, nas Antilhas, cujo clima era propício e a proximidade ao mercado europeu era maior, em pouco tempo surgiu uma potência na produção de açúcar, quebrando o monopólio brasileiro e transformando aquelas ilhas, a despeito de tentativas de manutenção do perfil de colonização pelo governo francês, por exemplo. Furtado lembra das tentativas de Colbert de, até mesmo, implantação de manufaturas, medida completamente contrária às políticas coloniais, para tentar manter o caráter de colonização de povoamento na Martinica e outras colônias francesas das Antilhas.

Por outro lado, o crescimento da economia açucareira nas Antilhas favorecia as colônias de povoamento inglesas mais ao norte, à medida que essas colônias, mantidas suas características de colônia de povoamento, integravam-se a economia açucareira antilhana, fornecendo a esta, alimentos, animais de tração, madeira e até mesmo embarcações. Os estímulos percebidos pela integração eram sentidos, portanto, não só na produção agrícola, mas também manufatureira, como no caso da construção naval e na destilação derivada da cana recebida da região caribenha. Nesse período, que abrange a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, houve a absorção pelas colônias inglesas, hoje EUA, de correntes de migrantes de origem europeia que afluíram das Antilhas, levando algum capital, inclusive. Essa excitação econômica do norte dos EUA levou ao seu desenvolvimento em um modelo que hoje chamaríamos de sustentável, pois com baixa concentração de renda e da terra, razoável autossuficiência e baixa vulnerabilidade às oscilações da economia Internacional. Essas condições eram diversas das colônias ao sul, que empregam trabalho escravo, em latifúndios e que importavam quase tudo.

Assim Furtado resume essa questão:

(...) surgia uma economia similar à da Europa contemporânea, isto é, dirigida de dentro para fora, produzindo principalmente para o mercado interno, sem uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Uma economia deste tipo estava em flagrante contradição com princípios da política colonial e somente graças a um conjunto de circunstâncias favoráveis pôde desenvolver-se. (FURTADO, 1991. p. 29).

As circunstâncias favoráveis a Nova Inglaterra a que se refere Furtado seriam a brecha para penetração nos prósperos mercados das ilhas antilhanas, causada pelo período de guerra civil na Inglaterra, no século XVII; a exclusão dos holandeses do comércio das colônias, pela legislação naval protecionista do último quartel desse mesmo século, que favorecia tanto as exportações como a própria indústria naval da colônia inglesa, e; o prolongado período de guerras entre Inglaterra e França, que deixava espaço no abastecimento das Antilhas (inglesas e também francesas).

Enquanto a escravidão se adequava a economia açucareira, a expansão das colônias de povoamento se fazia com mão-de-obra semi servil de migrantes que continuavam a chegar da Europa. Para aprofundar as diferenças, os dois sistemas geravam grupos sociais dominantes completamente diferentes. Enquanto as colônias do norte tinham grupos dominantes profundamente comprometidos com os interesses internos, centralizados em Boston e Nova York e, por isso, em constante conflito com a metrópole (situação que vai cada vez mais sendo acirrada), ao sul as elites atrelavam-se a interesses metropolitanos dos grupos financeiros e comerciais que dirigiam as colônias como negócios além mar. Essa diferença é causa e consequência das rotas diferentes de desenvolvimento econômico dos dois tipos de colonização.

Ao tratar do encerramento da etapa colonial, Furtado novamente trata das imbricadas relações do reino português no sistema de poder internacional, desde a metade do século XVII. Isso porque a potência, então empobrecida pela desorganização de sua economia açucareira, asfixiada por Espanha, que insistia em não reconhecer sua independência, e pela concorrência na colônia americana com Holanda, foi levada a subordinar-se a Inglaterra (não sem este país exercesse pressão militar) em busca de apoio e proteção militar. Assim, entre 1642 e 1661, foram celebrados acordos que garantiam a Inglaterra vantagens comerciais nas possessões portuguesas e permitiam a Portugal a garantia de sua manutenção como grande potência colonial.

Por outro lado, desenvolvia-se a produção aurífera em Minas Gerais, que chegava com grande importância na virada do século XIII. Naquele momento, por seu turno, a Inglaterra já exercia tamanho controle sobre Portugal, que logrou se beneficiar da maior parte do impulso dinâmico gerado pela produção de ouro no Brasil. Com os acordos firmados em 1703, Portugal renunciava às políticas de desenvolvimento manufatureiro, ensaiada no último quartel do século anterior, mas, uma vez mais, consolidava sua posição na América, afastando as pretensões de França na foz do Amazonas e entrando em acordo (não por muito tempo) com a Espanha sobre as terras da porção sul da colônia.

Nesse contexto o chamado ciclo do ouro é caracterizado por uma integração, no plano internacional, da economia mineira brasileira a forte expansão da manufatura e das finanças da Inglaterra, graças a concentração de reservas. A economia do Brasil se beneficiava com a expansão demográfica e Portugal assumia papel secundário no esquema, dependente da Inglaterra. Quando o ciclo do ouro no Brasil entra em decadência, no último quartel do século XVIII, a Inglaterra já entrara em sua revolução industrial. Abria-se uma nova fase de desenvolvimento daquela potência que não mais se enquadravam as políticas protecionistas de

outrora. O que Portugal tinha a oferecer em troca, por sua relação com a Inglaterra, calculou-se demasiado pouco para a manutenção das vantagens comerciais que esse reino desfrutava com a Inglaterra.

As vantagens que a Inglaterra tinha em relação a Portugal, todavia, transferiram-se a sua colônia, quando da mudança da sede da Coroa. E essa tutela inglesa permaneceu mesmo após a Independência do Brasil, em 1822. É bem verdade que a Inglaterra operou nos bastidores do processo, interessada em que não fosse reconhecido ato de agressão da colônia em relação ao reino de Portugal, caso em que a Inglaterra deveria intervir militarmente, conforme acordos de proteção com os portugueses. Com isso, ingleses priorizavam a manutenção dos privilégios que dispunham com o governo brasileiro, àquela altura oferecendo mais vantagens do que Portugal. Pelo acordo de 1827, Inglaterra firmava essas vantagens, como a tarifa de 15% ad valorem para as importações brasileiras provenientes do país anglo-saxão, reduzida em relação aos 24% cobrados dos demais. Mais tarde, como forma de retirar a diferenciação à Inglaterra a tarifa foi reduzida aos demais parceiros comerciais.

O Brasil conseguiu se desvencilhar dos problemas econômicos gerados em tais circunstâncias (como a estagnação das receitas do governo central) em 1842, devido a sua aproximação com os EUA, já como seu maior importador, de modo a resistir às pressões inglesas. Por isso "O passivo político da colônia portuguesa estava liquidado" (FURTADO, 1991. p. 38).

Ainda assim, a estrutura econômica permanecia baseado no escravismo e na grande propriedade rural. A produção de café, somente na segunda metade do século XIX, seria elemento transformador do sistema econômico nacional. Concluir-se-ia, definitivamente, para Furtado, a etapa colonial da economia brasileira com o surgimento dos elementos de um sistema econômico autônomo, portanto, somente com a crise da economia cafeeira.

A precisão com que Furtado selecionava os temas para tratar do desenvolvimento de outras economias torna os capítulos de história comparada indispensáveis a linha de raciocínio principal, que era explicar a evolução histórica da economia brasileira. O livro é impregnado de história econômica comparada.

Furtado compara não só a economia açucareira nordestina com a das Antilhas, como também as colônias de São Vicente com a Nova Inglaterra, pois coexistiram e se integravam ao sistema de economia açucareiro em cada hemisfério. Interessara-se Furtado, no intento de explicar a projeção da economia açucareira, mais pelas diferenças entre as duas colônias de povoamento do que por suas semelhanças. E, entre as diferenças, destacava a especialização sertanista dos vicentistas, em oposição às atividades litorâneas da colônia Nova Inglaterra,

muito por conta de suas condições divergentes para atração de mão de obra e pela condição geográfica, sobretudo a extensão de terras contíguas (FURTADO, 1991. p. 55).

Em que pese ser mais comum as referências sobre a comparação entre a economia do Brasil e dos EUA, a obra FEB estabelece alguns paralelos e diferenciações entre os próprios sistemas econômicos regionais do Brasil e seus centros. É o que se vê em vários trechos e, de forma sintética, na seguinte passagem da quarta parte do livro:

Observada em conjunto, a economia brasileira se apresentava como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em tomo de dois polos principais as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa, estava a pecuária nordestina. Articulado ao núcleo mineiro estava o hinterland pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia-distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens. No Norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão-de-obra indígena. O sistema jesuítico, cuja produtividade aparentemente chegou a ser elevada, mas sobre o qual não se dispõe de muitas informações - a Ordem não pagava impostos nem publicava estatísticas - entrou em decadência com a perseguição que sofreu na época de Pombal. O Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária. Desta forma, apenas o Pará existia como um núcleo totalmente isolado. Os três principais centros econômicos - a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão - se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso hinterland pecuário. (FURTADO, 1991. p. 90)

No centro das preocupações estavam, por exemplo, a origem da mão de obra, a articulação às outras regiões e mercados, a produtividade e o fluxo da renda. Isso porque o autor, além de estar em plena influência da síntese neoclássica, busca compreender a história econômica brasileira também nos termos da teoria keynesiana.

Ainda que a comparação regional esteja em praticamente todo o livro, sua quarta parte é especialmente rica desse tipo de exercício. Assim o é em extensas passagens no capítulo sobre a *Gestão da Economia Cafeeira*, onde Furtado compara a formação das classes dirigentes nas economias açucareiras e cafeeira, traçando um preciso perfil dos tipos sociológicos, e nos 3 capítulos reservados a análise de *O Problema da Mão de Obra* e nos seguintes, analisando fluxos migratórios, crescimento da população e da renda das grandes regiões brasileiras.

Outro capítulo de grande valor para a história econômica comparada seria *Confronto com o desenvolvimento dos EUA*, capítulo XVIII de FEB. Ao comparar a evolução da economia brasileira à economia estadunidense, Furtado busca algo mais que uma diferenciação rasa. Considera o autor de FEB que é verdadeira a análise que imputa às trajetórias diferentes causas

na expertise técnica, na ideologia e condução da política econômica e na capacidade de acumulação de capital, mas considera que a explicação pautada nesses traços não é bastante.

No capítulo XVIII, Furtado busca, essencialmente responder à questão: "por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações europeias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida?" (FURTADO, 1991. p. 100).

Antes de mais nada, ao leitor atento, essa curta passagem já demonstra que mesmo ao debate sobre a origem do subdesenvolvimento brasileiro, o texto permite leituras diferentes. Enquanto há quem diga que Furtado projeta sua percepção presente do atraso da economia brasileira à todo o passado, desde a colônia, também é possível entender que essa hipostasia não existe e que, é a primeira metade do século XIX o ponto de inflexão, em cuja afirmação de uma classe dirigente, latifundiária e antissocial definiu a história posterior. Em comparação, desenrolava-se nos EUA um sistema econômico fundado na pequena propriedade fundiária e no poder de grandes comerciantes urbanos.

Eram representativas as concepções econômicas dos mentores de dirigentes de cada país. Enquanto, nos EUA, figuras como Alexandre Hamilton implementaram políticas de estímulo direto ao setor industrial, no Brasil, as mesmas bases teóricas smithnianas levavam o Visconde de Cairu a uma defesa ferrenha do *laissez faire*.

Daquelas diferenças sociais fundamentais também decorria a discrepância em relação a difusão de conhecimento técnico de manufaturas, haja vista que o bloqueio da metrópole ao desenvolvimento de atividades manufatureiras nas colônias inglesas era muito mais frouxo e, em alguns casos, mesmo fruto de incentivo. As manufaturas no Brasil foram tolhidas completamente pela política econômica portuguesa, desde o último quartel do século XVIII. A uma, pela coerção expressa como no caso no ato do governo português; a duas, pela renúncia lusitana (numa política de submissão à Inglaterra) de desenvolver sua própria manufatura, o que poderia ter qualificado a mão de obra que emigrou ao Brasil do domínio de técnicas produtivas de atividades urbanas.

Por sua vez, dado o desenvolvimento inicial de manufaturas, especialmente na produção de ferro e, ainda mais, na construção naval, as circunstâncias da Guerra de Independência dos EUA e, posteriormente, das guerras napoleônicas estimularam enormemente a produção interna, com efeito, houve forte acumulação de capital.

Todavia, a razão maior para o extraordinário desenvolvimento dos EUA, no século XIX tem ainda outro mote, a integração da economia americana à própria revolução industrial pela enorme exportação de algodão, chegando a representar mais da metade do total exportado por

aquele país. Isso porque, além do fluxo de renda, a produção algodoeira incorporava grandes extensões de terras, em um movimento de interiorização, e a abertura de importantes fluxos migratórios de mão de obra europeia, em moldes semelhantes ao que o café causava no Brasil, só que divergente em inúmeros outros aspectos. Ao concluir o capítulo fica nítido o peso que Furtado atribui a política econômica quando afirma: "Isto foi possível graças à política financeira do Estado, concebida por Hamilton, e à ação pioneira do governo central primeiro e estaduais depois na construção de uma infraestrutura econômica e no fomento direto de atividades básicas" (FURTADO, 1991. p. 105).

Por fim, resta ressaltar que nos capítulos finais transparece a preocupação de Furtado em ancorar sua análise em uma ampla base de dados, muitos dos quais elaborados pela própria CEPAL, que, sem sombra de dúvida já o intrigavam. Levando-se em conta que FEB tem, portanto, pilares na história econômica, na teoria econômica e na estatística, não é exagero considera-la como uma legítima obra de *análise econômica*, tal como a definição de análise econômica de Schumpeter (1964), de 1954.

A comparação regional parece ceder lugar a visão geral, ou a uma interpretação de unidade em torno do processo de industrialização em curso e ao desenvolvimento do mercado interno. Mesmo no último capítulo, quando ressurgem alguma comparação regional, e também internacional, os mercados regionais são ressaltados em suas articulações. Portanto, mesmo a quase ausência da história econômica comparada, em um livro como *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, deve instigar múltiplas interpretação, como é de se esperar de um grande clássico.

5 Considerações finais

No início da década de 1960, durante um período conturbado e de crise política e econômica no Brasil, Furtado escreveu *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), completando e amarrando a categoria do *subdesenvolvimento*. Em fins da década de 1950 e início dos anos 1960, em que pese ter se desenrolado um grande impulso econômico e tecnológico, as rápidas alterações na matriz econômica repunham com mais força a pressão inflacionária.

Para os cepalinos, o próprio processo de industrialização, observado nas décadas anteriores, em boa medida espontâneo, levava ao agravamento de situações de desequilíbrio, cuja inflação era emblemática. Nos países desenvolvidos havia uma baixa elasticidade-renda para os produtos primários, com baixo crescimento da demanda, que, por sua vez, levava a

restrições na capacidade de importação numa economia ainda dependente desse tipo de exportação. A configuração do meio rural limitava a oferta de alimentos e o sistema tributário inadequado restringia o fornecimento dos serviços públicos demandados pelo setor urbano-industrial em expansão, encetando uma série de problemas das economias periféricas.

Por isso, a espontaneidade do processo de industrialização não poderia responder a resolução daqueles problemas, só as políticas de transformação estrutural, industrialização integral e reformas agrária e tributária o fariam. De outro mote, políticas monetárias restritivas deveriam ser evitadas, uma vez que não solucionariam o problema da inflação e ainda implicariam em estagnação.

A *substituição de importações* era mecanismo por quê se desenvolvia a indústria, decorrente da interação dinâmica da economia periférica, com seus problemas e com seu déficit crônico na conta corrente, diante do impulso industrializante. Sem controle, a *substituição de importações* tendia mesmo a agravar o desequilíbrio externo, pois repunha a incompatibilidade entre as divisas geradas pelas exportações e as necessidades de importações em maior magnitude, agora de bens intermediários e de capital. Assim entende, também, Aldo Ferrer (2004). Para o autor argentino, que se manifesta adepto do método de exposição de Furtado, as importações não são reduzidas no processo de *substituição de importações*. Isso poderia se esperar por uma leitura superficial do que seria tal processo de “substituir” importações por mercadorias produzidas no mercado doméstico. Como também expõe Tavares (1981), a *substituição de importações* nada tem a ver com a direção da economia para uma condição de autarcia, porque os ganhos na renda, a ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial se convertem em estímulos à novas importações, tanto para a formação do capital industrial e seu funcionamento como para o abastecimento das massas urbanas. Portanto, o desequilíbrio patente só poderia ser equacionado em fase avançada de substituição de importações, fase em que se processaria nos bens de capital e intermediários. Por isso a opção de intensificá-la e direcioná-la.

Furtado e a CEPAL enxergavam escassez de poupança de um lado e esses desequilíbrios de outro, derivando que haveria de ser feita a seleção das atividades prioritárias para serem desenvolvidas. Os hábitos de consumo da burguesia nascente, que Furtado também destacava, quando chamava atenção ao mimetismo, agravavam ainda mais a “insuficiência de poupança” de um lado e o desequilíbrio das transações correntes de outro.

Portanto, o planejamento seria a mecânica possível. E o protecionismo se justificava porque muitas indústrias criadas na periferia deveriam operar com custos superiores aos dos

concorrentes externos, para que houvesse absorção da mão-de-obra cujo emprego no setor exportador era danoso, já que implicavam em piora nos termos de intercâmbio.

Anos mais tarde, para entender como o subdesenvolvimento se perpetuou apesar da industrialização, Furtado (1974) atrela o movimento da economia brasileira pós-segunda guerra à intervenção estatal, no quadro do processo de substituição de importações, por meio de endividamento, que permitiu a manutenção de subsídios e a execução de grandes obras públicas.

A industrialização pesada, todavia, já não se mostrava suficiente para o fim da condição de subdesenvolvimento. A miséria e o atraso rural não haviam sido superados, já que o modelo de modernização adotado na economia brasileira fora conservador. A tão almejada industrialização já se caracterizava como um novo “ciclo econômico”, tal como os anteriores, sem acarretar o desenvolvimento pretendido. Mesmo o Plano de Metas, que significou um pacto social, por exemplo, não alterava a consciência das elites, condição para mudança de rumo do país. O avanço econômico efêmero não poderia levar à superação do subdesenvolvimento. A concentração de renda não havia sido revertida. Pelo contrário, ampliou-a em favor da elite. A massa assalariada percebeu benefício limitado dos ganhos de produtividade. Portanto, o subdesenvolvimento era característico de um comportamento elitista, mecanismo de dependência econômica e cultural. Furtado se deparava com os limites da industrialização como mecanismo de desenvolvimento (FURTADO, 1983). Havia um erro teórico nas teses do intelectual, o de separar política e economia. Entretanto, o contexto da elaboração das teses do subdesenvolvimento não permitia a todos perceber os interesses díspares da sociedade brasileira. Isso seria mais evidente, todavia, por volta de meados da década de 1960.

Após a frutífera passagem pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no Ministério do Planejamento, no Governo João Goulart, Furtado esteve no centro de um amplo programa de reformas, contidas no Plano Trienal. Tratava-se de um projeto de reformas capitalistas, urbana e agrária. Contudo, os setores conservadores interpretaram como um alinhamento socialista, uma vez que, pelo conteúdo humanista, as reformas receberam o apoio de amplos setores de esquerda.

A reforma agrária (ainda que fosse apenas levar os direitos trabalhistas ao campo), especificamente, era vista como uma política comunista. Por isso, é considerada mesmo como o estopim para a instalação do golpe de militar em 1964. As elites e da classe média brasileira, descontentes há tempos com governos com apelo popular, deram suporte a ditadura civil-militar que se seguiu por 21 anos. Seria o fim de qualquer tentativa de superação da condição de pobreza e subdesenvolvimento brasileiro.

Alijado o espectro comunista, o Governo Castelo Branco fez uma reforma fiscal, criação do Banco Central, de controle cambial e a reforma do sistema financeiro, medidas até mesmo previstas no Plano Trienal. A expansão da riqueza se fazia ainda com intervenções do Estado, mas, por outro lado, o uso da violência garantia o achatamento da massa salarial.

Desde 1963, Furtado foi um dos primeiros perseguidos pela ditadura civil-militar brasileira. Foi cassado em 1964, quando foi exilado, no Chile, depois EUA, França e Inglaterra. Nesses países, desempenhou uma intensa atividade intelectual, lecionando em algumas das suas mais notáveis universidades e produzindo grandes obras da literatura econômica. Seu interesse permanecia, sobretudo, na América Latina e no Brasil, para onde retornaria com o processo de reabertura democrática.

Na década de 1980, os debates econômicos haviam mudado seu foco. O mestre, no auge da sua maturidade intelectual, parecia se preocupar com novas faces da dependência, como a dívida externa deixada pelos governos militares, mas também com a cultura e com as opções políticas que definiam os rumos do país.

Na década de 1990 e até no início dos anos 2000, Furtado ainda produz grandes textos, obras sínteses, textos autobiográficos, proferiu palestras e produziu vários artigos. Todavia, a título de considerações finais deste artigo, não nos cabe tecer mais sobre todo esse período. O leitor encontrará, com os demais textos desta edição da Revista Catarinense de Economia, relevantes interpretações do mais destacado economista brasileiro. Assim como, o artigo que lhe apresentamos, esta edição deve servir, sobretudo, como um convite honesto à leitura e ao estudo da obra de Celso Furtado.

Referências

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARDOSO, J. L. Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento. **Análise Social**, 214, I. (1º), 2015. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_214_a02.pdf. Acesso em 19 out. 2020.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. [1ª ed. 1970].

- FERRER, A. **La economía argentina**. Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI. Buenos Aires Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.
- FURTADO, C. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. [1ª ed. de 1967].
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- FURTADO, C. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.
- GOULARTI FILHO, A. O pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões. **Revista de Economia**, Curitiba, n. 23, p. 123-137, 1999.
- GUNDER FRANK, A. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, Nova York, v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.
- LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 173 p.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis-RJ: Vozes. 1990.
- PAULA, J. A. Celso Furtado, a história e a historiografia. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, pp.144-165, jul.-dez. 2015.
- SAES, A. M. Celso Furtado, 100 Anos: Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII (1948). **Economia & História**: especial Celso Furtado. p. 55-63. Maio de 2020.
- SCHUMPETER, J. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro, Fundo da Cultura, 1964. v. 1.
- SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. **A nova economia brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.
- TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.